

Eleições e Fake News em tempos de pandemia

Christophe Marret¹

Em um contexto de pandemia mundial Covid-19, os métodos tradicionais de campanhas eleitorais (como os meetings em salas fechadas) não serão mais tão amplamente utilizados em favor dos ambientes virtuais e principalmente das redes sociais. De tal modo foi observado nos últimos anos, em todas as democracias, uma difusão cada vez mais intensiva de informações geralmente consideradas como Fake News. Por esses motivos, é importante entender como o espalhamento da desinformação acontece para tentar barrar um fenômeno que é considerado como uma ameaça para as democracias e qual pode ser a resposta jurídica adequada. Expandido as perspectivas desse desafio, “Eleições e Fake News em tempos de pandemia” foi o tema da participação do Prof. Marco Antonio Loschiavo Leme de Barros e de Rafael Schmuziger na palestra organizada pelo Observatório Eleitoral das Américas na USP, dia 19 de junho de 2020.

A desinformação não é um fenômeno novo na ágora política, contudo seu impacto é hoje amplificado por conta da estrutura da Internet, do modelo de negócio das plataformas de redes sociais e da Inteligência Artificial que permitem (i) um espalhamento em grande escala e menor custo, (ii) uma velocidade de difusão quase instantânea, (iii) a fabricação de recados personalizados (“dark ads” e “filter bubbles”) vinculados ao comportamento político do eleitor deduzido pelos algoritmos baseados nos dados pessoais dele (“profiling”), (iv) uma atenção menor do cidadão à integridade da informação recebida, afogado em uma massa de notícias diárias, (v) uma anonimização potencial da origem da mensagens e dos fundos financeiros patrocinadores. A manipulação das redes sociais influencia o processo eleitoral em todos os níveis do debate político democrático, tanto durante a campanha eleitoral, como no dia das eleições com uma ameaça à integridade dos resultados e seu questionamento. Também influencia as crenças e valores dos eleitores (com uma polarização maior, uma apatia política e um desgaste das instituições democráticas) e a visão do mundo deles (teorias conspiratórias e radicalização). É importante destacar que a influência das redes sociais vai além do processo eleitoral: foi observado um espalhamento intensivo de desinformação durante todos os tipos de crises estruturais das democracias (COVID-19 sendo o caso mais recente).

Como podemos combater a desinformação? Nas democracias, que se consideram por construção “Estados de direito”, o primeiro reflexo seria a judicialização desse fenômeno e por consequências de seus autores. Porém existe uma limitação estrutural do direito nesse contexto pois

¹ Christophe Marret é aluno de mestrado do Instituto de Relações Internacionais da USP e possui um MBA de EMLyon, França.

ele “é apenas um campo normativo rígido controlado por um Estado”². Tentar definir os critérios de uma Fake News é um problema de origem filosófica ou científica e não jurídica ou política.

Parece perigoso deixar nas mãos da justiça ou dos poderes executivos e legislativos a responsabilidade de definir os critérios de uma Fake News: o risco de interferência dos atores no debate político é grande. Da mesma forma seria perigoso privatizar o debate político deixando a responsabilidade às plataformas de censurar os conteúdos que elas acham controversos. Nesse contexto, as Ciências Políticas, as Relações Internacionais e as organizações de cidadãos da sociedade civil podem ajudar na definição desses critérios.

O que importa, além da definição, é entender as consequências de uma Fake News no âmbito do processo de decisão (no caso as eleições). De fato, a forma de fazer política mudou radicalmente com as redes sociais: hoje é possível alcançar e dialogar diretamente com o eleitor, sabendo o comportamento político dele. Em que medida essa forma é um método fraudulento e antidemocrático, ou simplesmente o resultado de uma análise estratégica bem sucedida das equipes políticas? É importante definir as “regras do jogo”: a União Europeia, com sua legislação de proteção de dados pessoais GDPR (General Data Protection Regulation) que entrou em vigor em 2018 (e foi colocada em prática com sucesso nas eleições do parlamento Europeu em maio de 2019) decidiu que os partidos oficialmente registrados poderiam dialogar diretamente com os eleitores com as próprias bases de dados deles. Porém, foi proibido o uso de dados pessoais dos eleitores: assim foi proibida a dedução pelos algoritmos dos comportamentos eleitorais individuais e então, o envio de propaganda personalizada. Mas a GDPR não define claramente os critérios de uma Fake News.

Para conseguir combater as consequências, não das Fake News (cujos critérios parecem difíceis e perigosos definir), mas da manipulação das redes sociais para fins eleitorais, parece necessário o desenvolvimento de um “ecossistema” reunindo os Estados (aplicação das regras, proteção dos dados pessoais, requisitos de transparência), as empresas de tecnologia (autorregulação sob a supervisão dos Estados, esforços para melhorar o rastreamento dos autores das informações e das organizações os patrocinando, compartilhamento transparente de dados -como os algoritmos- com centros de pesquisa científicas e usuários, facilitação do controle dos dados pessoais, aumento das fontes de informações propostas ao usuário) e a sociedade civil (monitoramento dos discursos públicos, “fact-checking”, controle das ações dos governos e empresas, educação digital da população, defesa do direito à liberdade de expressão, pesquisas universitárias).

A experiência legislativa Europeia é interessante e trouxe progressos nas últimas eleições de maio 2019. Mas qualquer solução eficaz para combater as Fake News deve ocorrer de um processo de baixo para cima, onde a Ciência Política deve ter sua palavra e deve exercitar seu papel de controle através das pesquisas. Como o pesquisador francês Pierre Rosanvallon afirmou em 2006, “o cidadão deve ser eleitor e controlador”: controlar não somente as ações públicas, mas também a integridade das informações que ele recebe através das mídias de transmissão.

² Marco Antonio Loschiavo Leme de Barros, na palestra.

Os Desafios Globais da Diplomacia Científica

Andrea Motta³

No dia 26 de junho, a InnScid SP – São Paulo Innovation and Science Diplomacy School discutiu os desafios globais da diplomacia científica através do webinar "*Scientific Diplomacy: Addressing Global Challenges through Research and Innovation*". Com abertura dos Coordenadores Executivos da InnScid SP, Amâncio Oliveira e Pedro Ivo, o tema foi apresentado por Julie Dumond, Oficial de Interlocução Científica para o Brasil da Wallonie-Bruxelles International, e por Marcella Ohira, Diretora Executiva Adjunta e Diretora de Capacitação do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (IAI).

Julie Dumond discutiu os principais conceitos da diplomacia científica, baseando-se no referencial teórico da Royal Society and American Association for the Advancement of Science⁴ que distingue: a ciência na diplomacia, a diplomacia para a ciência e a ciência para a diplomacia. Ela chamou atenção para que pesquisadores e praticantes primeiramente conheçam os seus interlocutores (*stakeholders*) e as diversas possibilidades de cooperação nestas três subáreas em diferentes níveis, sejam eles regionais, entre países, entre universidades ou empresas.

A ciência na diplomacia contempla a criação de políticas públicas embasadas por conhecimento científico. Nesse sentido, presume-se a racionalidade da tomada de decisões e a cooperação em temas globais como mudanças climáticas ou a COVID-19. Já a diplomacia para a ciência engloba duas perspectivas: (1) *top down*, ou a colaboração entre representações diplomáticas para promover cooperação em temas científicos prioritários entre os países parceiros, e (2) *bottom-up*, ou a cooperação que se inicia na pesquisa e se torna demanda para a formalização diplomática. Neste esforço de facilitação para pesquisas e formação de redes internacionais, são criados instrumentos de financiamento para pesquisas e mobilidade acadêmica, estruturas e programas conjuntos como a Agência Espacial Europeia (ESA) ou a Organização Europeia para Pesquisa Nuclear (CERN). A ciência para a diplomacia, por sua vez, segue a abordagem *bottom-up* e a construção de *soft power* no diálogo internacional, abrindo portas e criando possibilidades para a diplomacia tradicional.

A Wallonie-Bruxelles International (WBI) é um órgão independente do governo federal que promove as relações internacionais da Bélgica francófona em níveis nacional, regional e supranacional. O departamento de pesquisa e inovação identifica competências, fontes de financiamento e parcerias para pesquisas conjuntas, além de buscar tecnologias em determinados países parceiros (*technology scouting*). A atuação na diplomacia científica inclui a criação relacionamentos com universidades, agências de inovação, empresas, parques tecnológicos, incubadoras, diáspora, agências governamentais e de financiamento.

Julie exemplificou cases de cooperação com o Brasil em duas áreas: (1) Tecnologias Verdes e Desenvolvimento Sustentável, com pesquisas conjuntas em química verde e tratamento de resíduos. Os resultados incluem a participação de pesquisadores brasileiros e belgas nas conferências internacionais em Bruxelas e Rio de Janeiro, além da colaboração entre empresas e universidades dos países no tratamento de 600k toneladas de resíduos; e (2) Desafios da Saúde, em

³ Pesquisadora doutoranda do Instituto de Relações Internacionais da USP e Coordenadora de Promoção de Exportações da InvestSP.

⁴ Royal Society/AAAS, *New Frontiers in Science Diplomacy* (London: Royal Society, 2010), disponível em <https://royalsociety.org/topics-policy/publications/2010/new-frontiers-science-diplomacy>.

especial quatro projetos para solucionar problemas ligados à pandemia da COVID-19 que foram criados por grupo de trabalho que antes se preparava para uma missão de biotecnologia: desenvolvimento de testes, respiradores pulmonares, entendimento da doença através de dados de pacientes em unidades de terapia intensiva e colaboração em terapia genética e virologia.

Como aprendizados, Julie ressaltou que é preciso ter flexibilidade para mudar as estratégias rapidamente, especialmente quando surgem crises como a da COVID-19. É também importante evitar pesquisas duplicadas através da busca constante por tecnologias e parcerias. Para isso, é preciso preparar o longo prazo desenvolvendo sólidas fundações, fortes relacionamentos e cooperação. Nesse sentido, são úteis os esforços para aumentar a visibilidade e expandir o conhecimento global acerca das pesquisas que estão sendo desenvolvidas em cada país.

Marcella Ohira apresentou a diplomacia científica do Instituto Interamericano de Pesquisa para Mudanças Globais (IAI) - uma organização com 19 países membros⁵ com a missão de aumentar a capacidade de entendimento sobre as mudanças globais e seus impactos nas Américas, provendo informações confiáveis para tomadores de decisão. Com esse objetivo, a instituição cria instrumentos para que cientistas e tomadores de decisão conjuntamente possam abordar os problemas prioritários na região, apoiando pesquisas colaborativas e capacitações de lideranças.

A agenda científica do IAI se concentra em quatro áreas: (1) Entendimento das Mudanças Climáticas e Variabilidade nas Américas; (2) Estudos Comparativos de Ecossistemas, Biodiversidade, Uso de Terras e Cobertura; (3) Entendimento de Modulações de Mudanças Globais e Composição da Atmosfera, Oceanos e Águas; e (4) Dimensões Humanas e Aplicações Políticas. A ciência produzida pelo IAI contribui para a política e negociações internacionais, a exemplo da Convenção das Nações Unidas para a Mudança Climática, e seus cientistas são assessores técnicos para as delegações dos países. O IAI treina jovens lideranças dos países membros para participarem da interface ciência-política, contribuindo para o engajamento dos governos e setor privado nos processos decisórios.

Marcella enfatizou que para a nova ciência das mudanças globais, onde o desafio é desenvolver a comunicação entre a ciência e a política, é necessário que as pesquisas sejam transdisciplinares e as abordagens inovadoras. Para isso, os cientistas precisam não somente de habilidades transdisciplinares e *soft skills*, particularmente em comunicação, mas também de redes internacionais com as quais possam identificar interesses e problemas comuns e co-desenhar ciência e políticas. A criação conjunta de conhecimento multinacional é crítica para construção de confiança entre pesquisadores e tomadores de decisão dentro e fora das fronteiras dos países e chave para solucionar os desafios complexos da diplomacia científica.

⁵ Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Estados Unidos e Venezuela.



Análise CAENI. Publicação do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (NAP-Caeni), Instituto de Relações Internacionais da USP.

Coordenação científica: Amâncio Jorge de Oliveira.

Colaboradores: Cristiane de Andrade Lucena Carneiro, Janina Onuki, João Paulo Cândia Veiga, Pedro Feliú Ribeiro.

Pesquisadores:

Assistente executiva: Vanessa Munhoz

Site: www.caeni.com.br

E-mail: caeni@caeni.com.br

Facebook: www.facebook.com/caeni.usp

InnScid SP: <https://innscidsp.com>